

PARECER TÉCNICO

INTERESSADA: <u>CÂMARA DO MUNICÍPIO DE PORTO FELIZ</u>

Consulta:

"PROJETO DE LEI № 22/2025. "AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A REALIZAR A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

A Câmara do Município de Porto Feliz, Estado de São Paulo, ora denominada simplesmente de Consulente, encaminhou por intermédio de mensagem eletrônica (whatsapp) o projeto de lei supramencionado:

O Parecer Técnico Contábil foi solicitado a pedido do Diretor Legislativo, o Sr. Jeovani Zauro Bertoldo, da Câmara do Município de Porto Feliz, Estado de São Paulo, e encaminhado no dia 30 de abril de 2.025, às 14h15.

Honrados, sobremaneira, para discorrer sobre o tema, doravante, de forma sucinta expomos nossas considerações.

DO PROJETO DE LEI:

Em uma análise inicial, verifica-se que o presente projeto de lei pretende abrir Créditos Suplementar e Especial no orçamento vigente para custear despesas com material de consumo; material, bem ou serviço para distribuição gratuita; outro serviços de terceiros pessoa jurídica; obras e equipamentos e material permanente, conforme quadro extraído do art. 1º:



CRÉDITO SUPLEMENTAR

CREDITO SOFLEWIENTAR	
02 - PREFEITURA MUNICIPAL 02.07 - SECRETARIA DE SAÚDE 02.07.02 - Fundo Municipal de Saúde 10.122.0006.2001 - Manutenção do Departamento 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - pessoa jurídica - (fonte 1) + R\$ 600.000,0 10.301.0006.2001 - Manutenção do Departamento 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - pessoa jurídica - (fonte 1) + R\$ 300.000,0 10.302.0006.2001 - Manutenção do Departamento 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - pessoa jurídica - (fonte 1) + R\$ 300.000,0 10.302.0006.2020 - Repasse Contratualização 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - pessoa jurídica - (fonte 1) + R\$ 1.345.510,5	0
02 - PREFEITURA MUNICIPAL 02.08 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO 02.08.02 - Administração da Educação 12.361.0007.2001 - Manutenção do Departamento 3390.30 - Material de Consumo (fonte 1)	0 0 0
02 - PREFEITURA MUNICIPAL 02.09 - SECRETARIA DE CULTURA, ESPORTES E TURISMO 02.09.04 - Turismo 23.695.0016.2096 - Eventos 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - pessoa jurídica - (fonte 1) + R\$ 1.595.796,0 02 - PREFEITURA MUNICIPAL 02.10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL 02.10.02 - Fundo Municipal de Assistência Social	0
08.244.0011.2109 - Serv. Prot. Atendimento Integral a Família - PAIF 3390.39 - Outros Serviços de Terceiros - pessoa jurídica - (fonte 1) + R\$ 450.000,00 02 - PREFEITURA MUNICIPAL 02.15 - SECRETARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS 02.10.02 - Serviços Públicos 08.363.0010.1073 - Construção do Prédio do Senai 4490.51 - Obras e Instalações - (fonte 1)	0 0 5 0

.....+ R\$ 27.550.888,65



CRÉDITO ESPECIAL

02 - PREFEITURA MUNICIPAL
02.10 - SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
02.10.02 - Fundo Social de Assistência Social
08.244.0011.2109 - Serv. Prot. Atendimento Integral a Família - PAIF
3390.32 - Material, bem ou serviços de distribuição gratuita - (fonte 2)+ R\$ 31.951,77

DA LEGISLAÇÃO:

Em regra, o crédito adicional suplementar destina-se a reforço de dotação orçamentária já existente e o especial trata-se de inclusão de dotação orçamentária não prevista inicialmente quando da aprovação da lei orçamentária. Para tanto, há que se esclarecer os motivos do pretendido e demonstrar a existência de recursos disponíveis conforme dispõe os arts. 40 a 43 da Lei Federal nº 4.320/64:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;

II - os provenientes de excesso de arrecadação;

III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei; (n.g.)

Nesta mesma senda, a Constituição Federal, de forma expressa, dispõe que os créditos suplementares ou especiais dependem de prévia autorização legislativa e indicação da origem dos recursos.

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes;



Na comprovação dos recursos o artigo 3º do projeto de lei informa ser proveniente do superávit financeiro do exercício anterior o valor de R\$ 24.210.888,65 da Fonte Recursos Próprios, R\$ 3.340.000,00 da Fonte de Recursos Federal e R\$ 31.951,77 na Fonte de Recursos Estadual, totalizando R\$ 27.582.840,42, (vinte e sete milhões, quinhentos e oitenta e dois mil, oitocentos e quarenta reais e quarenta e dois centavos), conforme quadro demonstrativo

BALANÇO PATRIMONIAL 2024						TESOURO		ESTADUAL		FEDERAL	OUT	RAS FONT
					R\$	108.129.493,35	R\$	2.004.364,06	R\$	33.064.698,94	R\$	865.608,8
ATIVO FINANCEIRO 182.538.804,60 SUPERAVIT			PASSIVO FINANCEIRO									
			38.474.639,39									
		144.064.165,21										
DATA	LEI ORÇAMENTÂRIA		VALOR	ОВЈЕТО	+						₩	
PAIA	ELI ONGAPIENTARIA	\dashv	TALOR	SESETO							\vdash	
4/02/2025	DECRETO 8.587	R\$	1.758.277,00		R\$	1.758.277,00	R\$		R\$			
1/03/2025	LEI 5.980	R\$	4.679.896,00		R\$	4.038.896,00			R\$	641.000,00		
1/03/2025	DECRETO 8.596	R\$	34.450,00		R\$	34.450,00						
5/04/2025	PROJETO DE LEI	R\$	27.582.840,42		R\$	24.210.888,65	R\$	31.951,77	R\$	3.340.000,00		
	TOTAL POR LEI	R\$	4.679.896,00		R\$	30.042.511,65	R\$	31.951,77	R\$	3.981.000,00	R\$	-
TOTAL DE CREDITO POR SUPERAVIT		R\$	34.055.463,42		R\$	30.042.511,65	R\$	31.951,77	R\$	3.981.000,00	R\$	-
SALDO DE SUPEI	RAVIT/LASTRO FINANCEIRO	R\$	110.008.701,79		R\$	78.086.981,70	R\$	1.972.412,29	R\$	29.083.698,94	R\$	865.608,
				Porto Feliz, 27 de abril de 2025								
				Caroline Santana Calisto								

ANEXO I

O projeto de lei encaminhado pelo ofício nº 169/2025 GP, traz em anexo os memorandos internos de cada Secretaria justificando o pretendido e na comprovação dos recursos para abertura dos créditos adicionais vem o Balanço Patrimonial 2024, seguido do demonstrativo dos saldos por fonte de recursos evidenciando o lastro financeiro.

Conclusão:

O projeto de lei em análise atende a legislação pertinente, vem acompanhado das justificativas e informa os recursos disponíveis nos termos do inciso I, § 1º, 43 da Lei Federal nº 4.320/64.

Dessa forma, o projeto de lei poderá ser levado a votação em plenário sem quaisquer ressalvas de ordem orçamentária/financeira.

Este é o parecer s.m.j.



Porto Feliz, 05 de maio de 2025.

CLÁUDIO DOMINGUES VIEIRA

Contador CRC/SP 1SP 160.473/O-7

Planexcon Assessoria e Consultoria Pública <u>www.planexcon.com.br</u>